

18/10/2016 - 05:00

Parcerias para obras de hospitais evidenciam dificuldades

Por **Luciano Máximo**

Dono de um dos estabelecimentos onde será construído um hospital, Horacio Zacharias considera baixo valor oferecido para desapropriação de sua propriedade

Matéria atualizada às 12h05 de 18/10/2016.

Um hospital é referência internacional e sofre para lidar com a demanda crescente; outro é subutilizado por falta de verbas; o terceiro está com licitação assinada há mais de dois anos, mas o terreno onde será construído ainda não foi liberado para obras.

Frutos de parcerias público-privadas (PPPs), esses três casos ilustram os tortuosos caminhos que poder público e iniciativa privada muitas vezes percorrem para concretizar projetos juntos. Também refletem as dificuldades para essa modalidade avançar no país.

No Estado mais rico do Brasil e com a maior tradição em privatização, em julho de 2014 foi assinada a PPP dos Complexos Hospitalares para a construção de três hospitais: na região da cracolândia, no centro de São Paulo, em São José dos Campos e em Sorocaba, um acréscimo de 580 leitos e 3 mil atendimentos ambulatoriais mensais à rede estadual de saúde.

A construtora Construcap investiu tempo e recursos no projeto vencedor do edital da PPP, comprometendo-se a investir cerca de R\$ 740 milhões em obras, compra e instalação de equipamentos dos três hospitais. Com as unidades inauguradas, a empresa será responsável, por 20 anos, pela chamada "bata cinza" - operação de todo o hospital com exceção da área clínica ("bata branca").

No interior, as obras estão em andamento, com abertura ao público programada para fevereiro de 2018. Já na unidade da capital paulista, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) não conseguiu liberar completamente o terreno que abrigará o novo hospital Pérola Byington. À época da assinatura da parceria, o secretário Estadual da Saúde, David Uip, disse que "o principal benefício da PPP para a construção de hospitais está na agilidade para a implantação de serviços associada à economia de recursos públicos."

A Construcap não quis comentar o assunto, mas a repercussão é bastante negativa no mercado. "Para participar de uma empreitada dessa, o investidor privado gasta com estudos, levanta capital, estrutura garantias. Dois, três anos depois da licitação o custo desse projeto é outro, a realidade econômica é outra, como explicar esse detalhe do terreno para acionistas ou para fundos e bancos que me financiam ou dão garantia?", questiona, reservadamente, um empresário que tem negócios em parceria com o setor público.

Em nota, a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo argumenta que a PPP, feita em dois lotes, "foi uma decisão estratégica e acertada, com aval da Procuradoria Geral do Estado", permitindo começar as obras dos dois hospitais no interior, e que não teve nenhum gasto com o projeto atrasado na capital. Além disso, o antigo hospital Pérola Byington segue de portas abertas "até que seja possível realizar a transferência para o novo prédio."

O governo Alckmin desapropriou 26 imóveis do terreno de 11,3 mil m² onde será o futuro hospital, mas resta o último, uma borracharia e distribuidora de pneus, empresa familiar com quase 70 anos de existência e instalada no local há mais de 40 anos. O dono do estabelecimento, Horacio Zacharias, não gostou da oferta de indenização para a desapropriação de sua propriedade, com cerca de 5 mil m². Levou o caso à Justiça há dois anos; o processo corre até hoje.

Ele explica que o governo estadual ofereceu inicialmente cerca de R\$ 2,2 mil por metro quadrado, totalizando aproximadamente R\$ 10,5 milhões - hoje, a referência para venda de imóvel comercial na cidade de São Paulo é de, em média, R\$ 10,8 mil por metro quadrado, informa a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Segundo o empresário, a oferta foi melhorada recentemente, mas ele segue insatisfeito. O juiz do caso determinou que o valor do metro quadrado do terreno fosse estipulado por um perito independente. "Mesmo com toda a deterioração da região por causa da cracolândia, da insegurança, da sujeira, todo mundo sabe que o potencial de valorização é imenso", afirma Zacharias.

Em Belo Horizonte, a reclamação fica por conta da Vivante, empresa que participa da PPP do hospital municipal do Barreiro. Philippe Enaud, presidente da Vivante, diz que enfrentou "negociações exaustivas" por cerca de nove meses com a prefeitura para tentar receber a remuneração prevista em contrato pela construção e operação ("bata cinza") do hospital.

"Entregamos o hospital, mas a administração pública não paga corretamente a contraprestação pelos nossos investimentos. O contrato teve que passar por reequilíbrio econômico-financeiro, numa negociação exaustiva. Em contexto de crise fiscal e dificuldade para receber, é natural que o privado procure segmentos com fontes de pagamento mais seguras, como iluminação", afirma Enaud.

O argumento dele é que o consórcio vencedor da PPP construiu e equipou o hospital, deixando-o pronto para funcionar com capacidade total; logo, a expectativa de retorno financeiro pelo investimento feito, de mais de R\$ 200 milhões, equivale a indicadores baseados em uma taxa de ocupação de 100% dos 451 leitos. O problema é que a prefeitura não tem dinheiro suficiente para honrar sua parte da parceria, que é contratar e pagar profissionais da "bata branca" (médicos, cirurgiões). O resultado é que o novo hospital, entregue em dezembro, opera abaixo de 15% de sua capacidade, e o pagamento ao parceiro privado reflete esse desempenho.

"Num contrato de longuíssimo prazo, comum às PPPs, conflito entre as partes é natural. Foi preciso recorrer ao reequilíbrio econômico-financeiro nesse caso, que é um instrumento contratual válido. Vamos pagando de acordo com o nível de atividade, mantendo perspectiva de alta desse desempenho", justifica Júlio Onofre, presidente da PBH Ativos, empresa da prefeitura responsável pelas PPPs.

Ele não garantiu quando o hospital estará funcionando plenamente e lembrou que trata-se de uma unidade "100% SUS", com 50% do custeio feito pela prefeitura e os outros 50% divididos igualmente entre governo estadual e Ministério da Saúde. "Os repasses atrasaram. Uma PPP se torna ainda mais complexa quando a parte de financiamento envolve os três entes da federação", acrescentou Onofre.

O Ministério da Saúde informou que transferiu à prefeitura de Belo Horizonte R\$ 15 milhões em junho deste ano, valor referente à sua participação em 2016 no hospital do Barreiro dentro do programa federal Pro-Hosp Gestão Compartilhada. Em reunião realizada em julho, representantes da Ssecretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais entregaram aos representantes do hospital e da prefeitura ofício com descrição de todos os passos que devem ser seguidos para que o hospital faça parte do Pro-Hosp Gestão Compartilhada. "No momento, estão em discussão os trâmites administrativos para que a inclusão do hospital no programa ocorra o mais breve possível e o repasse possa ser realizado", informou a Secretaria.

Na periferia de Salvador, a experiência do Hospital Estadual do Subúrbio é paradoxal. Inaugurado em 2010 como a primeira PPP na área de saúde do país, a unidade logo se transformou em referência internacional pela qualidade do atendimento e eficiência de gestão. O sucesso atraiu a população mais pobre de outras áreas da capital baiana, de outras

idades do Estado e até usuários de classe média com plano de saúde.

Com a explosão da demanda, a modelagem do contrato da PPP entre o governo baiano e a parceira privada Vivante enfrentou dificuldades. Houve muita discussão sobre como manter o contrato atualizado e ajustar os valores da remuneração pagos pelo poder concedente. Foi necessário lançar mão do reequilíbrio econômico-financeiro constantemente - em concessão tradicional, esse instrumento seria uma espécie de aditivo contratual.

"Quando a demanda começou a extrapolar pensamos: 'Tem alguma coisa errada com a modelagem da parceria'. Mas a percepção de erro na interpretação de um contrato é algo subjetivo. É preciso buscar entendimento dentro do setor público e se preparar para novos desafios institucionais. Costumo dizer que o que vivemos no Hospital do Subúrbio é um problema saudável", avalia Manuel Vitória, secretário Estadual da Fazenda da Bahia e presidente da Rede PPP, entidade que envolve governos com o objetivo de desenvolver as parcerias público-privadas no Brasil.